

CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA DE TORRES NOVAS

Ata n.º 5

Aos vinte e sete dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e cinco reuniu, pelas vinte e uma horas, na sala de sessões dos antigos Paços do Concelho, o Conselho Municipal de Cultura de Torres Novas (CMCTN).

A sessão foi presidida pela Sra. Vereadora da Cultura, Elvira Sequeira, com delegação de competências atribuída pelo Sr. Presidente da Câmara, e teve a seguinte ordem de trabalhos:

1. Aprovação da ata da reunião anterior;
2. Aprovação das normas de funcionamento do Observatório Cultural de Torres Novas;
3. Apresentação do relatório intermédio de execução - ano 2024 do Plano Estratégico Municipal de Cultura 2030;
4. Emissão de parecer por parte dos conselheiros sobre o relatório apresentado no ponto anterior;
5. Outros assuntos.

Faltaram à reunião a representante do PS, Maria da Luz Lopes, o representante do MPN Terra, Carlos Marçal, o representante da CDU, Nuno Guedelha, o representante dos Ranchos Folclóricos, Paulo Serra, o representante das Bandas Filarmónicas, Nuno Carapau, o representante do Conservatório de Música, Pedro Afonso, e o representante da Organização constituída por várias associações, UCATN. Nesta reunião estiveram presentes como observadores, a convite da Sra. Vereadora do Pelouro da Cultura, o chefe da Divisão de Teatro e Eventos, a chefe da Divisão da Cultura, a dirigente de direção intermédia dos serviços de Associativismo, a dirigente intermédia de Museus e Património Cultural e a técnica superior Margarida Moleiro.

Verificando-se quórum para a realização da reunião, considerando-se a Sra. Vereadora como representante de dois conselheiros, por estar com delegação de competências para representar o Sr. Presidente da Câmara, a Sra. Vereadora deu início à reunião, agradecendo a presença de todos.

No período prévio à ordem de trabalhos, a Sra. Vereadora informou que o conselheiro Júlio Costa, representante das associações culturais indicadas na alínea h) da composição do CMCTN, tinha informado antecipadamente de que iriam estar presentes

na reunião como observadores, ao abrigo dos números 4 e 5 do artigo 3.º do Capítulo II, do Regimento Interno do CMCTN, elementos da Associação Cultural e Recreativa de Alcorriol, da Associação de Festas de Santo António, do Centro Recreativo Cultural de Moreiras Grandes, de O Corpo da Dança - Associação Cultural, assim como Rui Matoso, presença justificada pela sua especialidade como investigador na área das políticas culturais. Para além dos representantes das associações acima mencionadas, a Sra. Vereadora colocou à consideração do Conselho a presença, como observadores, das associações Taacto (Tertúlia Associativa de Arte e Cultura Torrejana) e da Associação Desportiva e Recreativa de Casais Martanes, que foi aprovada por unanimidade, por ambas terem manifestado interesse, previamente, em participar na reunião.

De seguida, passou-se ao ponto um da ordem de trabalhos, aprovação da ata da reunião anterior, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.

No ponto dois, a Sra. Vereadora informou que o Instituto Politécnico de Tomar passará a estar representado no Observatório Cultural de Torres Novas pela sua Pró-Presidente, Professora Rita Ferreira Anastácio. De seguida, foi colocado à discussão o documento “Normas de funcionamento do Observatório Cultural de Torres Novas”, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade, sem propostas de alteração por parte dos conselheiros presentes.

No ponto três da ordem de trabalhos, a senhora Vereadora Elvira Sequeira apresentou o relatório intermédio de execução do Plano Estratégico Municipal de Cultura (PEMC), referente ao ano 2024, sobre a implementação das metas e indicadores definidos, indicando o grau de execução das metas definidas, dentro de cada objetivo estratégico e dos diversos eixos. Previamente à apresentação, referiu a flexibilidade inerente a este documento, realçando a possibilidade que os conselheiros têm de propor sugestões de revisão das ações e das metas presentes no PEMC 2030. Sobre o gestor de comunicação cultural, a Sra. Vereadora informou que a situação ainda não está ultrapassada e que o gabinete de Comunicação e Imagem (GCI) do Município manifestou que não conseguiria executar a totalidade das ações incluídas no PEMC nesta área temática, motivo pelo que será necessário recorrer a contratação externa. Considerando que, durante o ano 2024, não foi possível avançar com o procedimento de prestação de serviços, já mencionado em reuniões anteriores, por ausência de dotação orçamental para 2025, estão a ser estudadas outras possibilidades de ação, tendo a senhora vereadora informado os presentes de que iniciou conversações com a Academia, no sentido de se pensar numa outra estratégia de atuação, para executar as ações previstas no PEMC 2030, no âmbito da comunicação cultural. Neste ponto, Francisco Mineiro, representante do PSD/CDS, questionou se seria possível contratar

uma pessoa para a equipa de comunicação do Município, ao invés de se optar pela prestação de serviço externo. A senhora Vereadora respondeu que esta opção não seria viável, mas que há vontade política para estabelecer protocolo com uma instituição de ensino superior para dar continuidade a este assunto; a Associação Corpo da Dança referiu que o GCI poderia fazer esse trabalho, tendo a senhora Vereadora informado que após consulta junto destes serviços, os mesmos indicaram que não conseguiam ter capacidade técnica e recursos disponíveis para fazer face a todas as tarefas indicadas no PEMC 2030. Francisco Mineiro aludiu ao facto de que as ações e atividades apresentadas no relatório como não executadas por inexistência do gestor de comunicação cultural não dependem apenas desta situação; propõe o conselheiro que se crie uma rede interna de comunicação, independentemente da existência do gestor. Ainda sobre as questões relacionadas com a comunicação e a divulgação de atividades culturais, Francisco Mineiro, Célia Gonçalves, representante das entidades particulares intervenientes na área da cultura, e Júlio Clérigo, em representação das Juntas de Freguesia, lançaram o debate sobre as sobreposições do calendário cultural local, reforçando a necessidade da criação de uma agenda e de um roteiro cultural para Torres Novas, em papel e on-line; sugestão que foi corroborada pela maioria dos presentes. A Sra. Vereadora disse que iria apresentar o assunto da criação da agenda cultural, em suporte físico, ao restante executivo, por considerar este tema de extrema relevância.

Iniciando a apresentação do relatório intermédio de execução da implementação do Plano Estratégico Municipal de Cultura, a Vereadora Elvira Sequeira informou que para 2024 foram definidas 66 ações, tendo sido 32 executadas na totalidade, 14 executadas parcialmente e 20 ações não executadas, o que, em termos percentuais, se reflete numa taxa de execução de 48,5%. Referiu, ainda, a Sra. Vereadora que em 2024 foram definidas metas para os três eixos e para os nove objetivos estratégicos do PEMC, sendo que a maior incidência de metas propostas foi no Eixo 1 e o eixo para o qual se definiu um menor número de metas foi o Eixo 3. Quanto à execução, foram apresentadas as taxas discriminadas por eixo, por objetivo estratégico e pela tipologia da execução (executadas, não executadas e executadas parcialmente). Foi salientado o esforço das equipas envolvidas na monitorização do PEMC e reforçou-se a necessidade premente de elaborar uma revisão à redação do plano, nomeadamente em algumas ações, indicadores e serviços responsáveis, tendo em conta a evolução da estrutura orgânica e das políticas municipais. A calendarização também deve ser ajustada e adaptada a uma realidade mais atual. A Sra. Vereadora reiterou que os pontos mais relevantes no âmbito da implementação do PEMC, para além da oportunidade de proporcionar uma

visão abrangente sobre a transversalidade da Cultura, foram a constituição do Conselho Municipal de Cultura, a criação do Observatório Cultural de Torres Novas e a composição da equipa multidisciplinar. Referiu que a maior força do PEMC reside no incentivo ao entrecruzamento entre os serviços municipais e a maior dificuldade está relacionada com a implementação das ações concernentes aos objetivos na área da Comunicação Cultural, uma vez que, estando as ações deste eixo imbricadas entre si, a não concretização de uma ação impede a continuidade das outras. A Sra. Vereadora salientou também que o processo de monitorização do PEMC tem motivado maior pluralidade do debate sobre objetivos, impactos e metodologias a observar nos diversos campos de atividade cultural e artística, assim como tem aberto a discussão sobre novas práticas que garantam maior acessibilidade e inclusão, com enfoque na mediação cultural. Relativamente à necessidade de revisão do PEMC, a Vereadora do Pelouro da Cultura mencionou que alguns dos pontos a incluir remetem para a reflexão sobre o papel das bibliotecas no acesso à informação e ao conhecimento, evidenciando o papel das bibliotecas públicas como lugares de acesso universal, gratuito, igualitário e não discriminatório à informação e ao conhecimento. Disse, ainda, que se pretende incluir no PEMC uma adenda jovem, através de um processo de escuta e participação dos jovens que residam/estudem no concelho de Torres Novas. Em relação à avaliação do PEMC, informou que deve pensar-se na realização de uma avaliação externa (a par da monitorização interna), eventualmente por entidade de cariz científico, de modo a garantir maior acuidade na análise e menor interferência dos protagonistas do Plano Estratégico Municipal de Cultura.

No espaço de discussão do relatório intermédio de execução, os conselheiros e observadores fizeram, ao longo da apresentação, diversas intervenções sobre as várias temáticas apresentadas. Desta forma, o observador Rui Matoso sugeriu que o Conselho Municipal de Cultura apoie mais o processo de implementação do PEMC, eventualmente com a criação de grupos de trabalho e com a elaboração de formulários para submissão de contributos. Desta forma, a comunidade poderia participar ativamente no espaço de reflexão. Francisco Mineiro manifestou concordância sobre esta proposta.

Os presentes colocaram algumas questões relacionadas com a concretização do Fundo Mecenático Cultural de Torres Novas, ação presente o PEMC e cuja meta estava estabelecida para o ano 2024, tendo sido prestados esclarecimentos sobre o ponto de situação das ações referentes à criação do Fundo e que estão em discussão interna, nomeadamente quanto aos requisitos legais que permitam a sua real execução. Rui Matoso partilhou que a Câmara Municipal de Palmela tem um projeto de natureza

semelhante, tendo ficado estabelecido que a equipa interna do PEMC deverá consultar esta autarquia para perceber como estão a fazer e se a sua experiência pode ajudar a solucionar as questões e dúvidas que têm surgido quanto ao Fundo Mecenático Cultural de Torres Novas. Foi ainda referido que poderá haver necessidade de reformular a redação de algumas das ações que estejam enquadradas nesta matéria. Ainda neste ponto, Gonçalo Cavalheiro, observador em representação da Associação Cultural e Recreativa de Alcorriol esclareceu as diferenças entre mecenato e patrocínio e explicou a experiência realizada em Alcorriol com a Fundação EDP. Foi, também, debatida a proposta de parceria com a Renova em relação ao Município de Torres Novas e outras situações similares na realização de eventos. Célia Gonçalves e Célia Barroca também corroboram a necessidade de esclarecer estas questões, para que se perceba a quem se destina e como se pode concorrer.

Quanto ao relatório de execução de 2024, enviado antecipadamente para todos os conselheiros, Francisco Mineiro referiu que o documento regista grandes notas evolutivas, maior cuidado e atenção, mas também um excessivo “executado”, com a inclusão de “parcialmente executado” em ações que não se revelaram realmente concluídas e que devem ser mais explícitas. Referiu, igualmente, que se deve ter mais seriedade na transição de metas de um ano para o seguinte, para que fique clara a meta a atingir no ano a que se propõe a sua real execução. Rui Matoso, por sua vez, questionou qual o ponto de situação da proposta de regulamento do programa anual de Apoio à Criação Artística Torrejana, referido na ação 2.2.2.3, e quais as áreas artísticas que vão ser abrangidas. O dirigente da Divisão de Teatro e Eventos, Carlos Ferreira, esclareceu que a proposta que está a ser elaborada pelos serviços do Teatro Virgínia e que considerará diversas áreas artísticas, com critérios e ponderações de avaliação específicas. O observador Rui Matoso manifestou concordância com a adenda jovem e com a inclusão da proposta em relação às bibliotecas, pela importância do papel que estas assumem atualmente. Disse, ainda, que o PEMC deve contribuir para aumentar a vitalidade cultural de Torres Novas, criando a ideia de “uma cidade cultural”. Marta Tomé, da Associação Corpo da Dança, sobre o item Internacionalização, considera que “enquanto não houver uma força de agentes culturais com apoio efetivo para trabalhar, será difícil passar para um patamar da internacionalização” e também referiu ser importante criar parcerias entre o Município e as Associações, com responsabilidades partilhadas. Manifestou concordância em relação à adenda jovem, evidenciando a importância de se definir uma estratégia de atração de novos artistas torrejanos. Júlio Costa, conselheiro representante das associações culturais que integram a alínea h) da composição do CMCTN, ressaltou a

relevância da relação do apoio à criação com os serviços educativos/ mediação cultural. No final deste período de discussão, a Sra. Vereadora questionou os presentes sobre a possibilidade de se realizar uma apresentação pública sobre o processo de implementação e monitorização do Plano Estratégico Educativo Municipal. Todos os conselheiros concordam que os resultados da implementação do PEMC devem ser apresentados publicamente e em concreto aos redatores do documento e que a apresentação deve ser acompanhada de elementos que garantam melhor acessibilidade, legibilidade e compreensão dos objetivos, ações e metas do PEMC.

Terminada a apresentação e discussão sobre o relatório intermédio de execução, passou-se ao ponto quatro da ordem de trabalhos, que remetia para a emissão de parecer por parte dos conselheiros sobre o relatório apresentado no ponto anterior. Desta forma, entendeu o Conselho Municipal de Cultura emitir o seguinte parecer sobre o relatório intermédio de execução – ano 2024, no âmbito da monitorização do Plano Estratégico Municipal de Cultura: “Considera-se que o documento apresentado reflete evolução positiva. Denota-se, no entanto, que alguns pontos fundamentais continuam por executar e não têm uma planificação clara. Os conselheiros sublinham a necessidade de alargar a discussão e auscultar os agentes culturais, fomentando a sua participação na metodologia de implementação das medidas do plano. Os conselheiros mantêm a preocupação na melhoria dos processos de comunicação interna e externa.”. O parecer foi aprovado por unanimidade.

No ponto cinco da ordem de trabalhos, foi apresentada, pelo conselheiro Júlio Costa, em representação das associações culturais não representadas nas alíneas anteriores, expressas na alínea h) do n.º 2 do artigo 3.º do Regimento do Conselho Municipal de Cultura de Torres Novas, a seguinte proposta de alteração ao regimento:

“Como foi várias vezes referido em reuniões do Conselho Municipal de Cultura (CMC), e, anteriormente, nas reuniões para eleição dos representantes, este conjunto de associações engloba associações bastante heterogéneas, com profundas diferenças entre si; ao conjunto inicial de cerca de quarenta associações, acrescentaram--se outras vinte, o que veio ainda dificultar mais a tarefa; as associações Culturais e Recreativas são cerca de 30, Motards 6, escuteiros e semelhantes 6. Se estes preenchessem 3 dos 5 lugares deliberados pelo CMC, outras associações de relevada importância para o tecido cultural do Concelho de Torres Novas, ficariam de fora; as associações que estiveram presentes nesta reunião decidiram formar um grupo de trabalho, com o objetivo de conhecer as restantes associações e perceber de forma mais ampla possível a sua natureza e dificuldades, para se poder definir melhor a representação no CMC; sendo aprovada a proposta de 5 representantes para 62,

proceder-se-á à organização do conjunto em função da eleição dos representantes definitivos e os termos do seu mandato; relevou-se a necessidade dos serviços da câmara municipal procederem a uma triagem destas associações, de forma a se perceber quais associações é que estão no ativo.

Proposta de alteração ao regimento:

Pelas razões acima apresentadas, relevando mais uma vez a dificuldade de agrupar as associações que este conjunto alargado apresenta, as associações presentes propõem que o número de representantes no Conselho Municipal de Cultura de Torres Novas seja de cinco (5), na sua relação para o conjunto total de sessenta-e-duas (62) associações, listagem apresentada (1 representante para cerca de 12 associações).”

A proposta foi aprovada por unanimidade.

Ainda no ponto “Outros Assuntos”, a Sra. Vereadora deu conta de algumas informações genéricas sobre atividades culturais que se realizaram no concelho e, em particular, sobre a Festa da Laranja, no Pafarrão. Foram também divulgadas, igualmente, informações sobre o alargamento do horário da Biblioteca Municipal Gustavo Pinto Lopes e sobre o programa RHI - Revolution Hope Imagination, organizado pelo Arte Institute, que desenvolverá uma das suas iniciativas em Torres Novas, no dia 22 de março de 2025. Ainda neste ponto, teve lugar o debate sobre questões relacionadas com os licenciamentos, nomeadamente os que dizem respeito à SPA (Sociedade Portuguesa de Autores) e foi sugerida, pela Associação Corpo da Dança, a criação de um grupo de trabalho para refletir sobre esta matéria para se tentar arranjar soluções comuns que minimizem os encargos diretos das associações relativamente à onerosidade destes licenciamentos, penalizadores do equilíbrio financeiro de muitas associações culturais. Referiu, ainda, a possibilidade de se realizarem parcerias entre associações e artistas, por exemplo na disponibilização de espaços para ensaios ou criação, não tendo de recair sempre esse ónus no município. Célia Barroca, conselheira em representação do BE, questionou sobre o processo de aquisição do Cinema Olímpia, em Riachos, e levantou a questão da necessidade de espaços adequados para as práticas teatrais e outras, com acessibilidades e conforto garantidos. Por sua vez, Gonçalo Cavalheiro, observador em representação da Associação Cultural e Recreativa de Alcorriol, referiu que há espaços nas aldeias, ainda que que não tenham ocupação constante, nem atividades.

Não havendo outros assuntos a tratar, a senhora Presidente da reunião do CMC deu por encerrada a reunião às 00h10m, do dia 28 de fevereiro de 2025, da qual se lavrou a presente ata, que depois de lida e aprovada será assinada por todos os presentes.

Em substituição do Presidente do CMCTN:

Elvira Sequeira _____

O secretário do CMCTN:

Júlio Clérigo _____